

Questionário C-PIMA

PERGUNTA		Rubrica – Pontuação		
		1 = Em nenhuma ou em menor medida	2 = Em alguma medida	3 = Em grande medida
		NÃO CUMPRIDO	PARCIALMENTE CUMPRIDO	TOTALMENTE CUMPRIDO
C1. Planejamento sensível às alterações climáticas: O investimento público é planejado de uma perspectiva sensível às alterações climáticas?				
C.1.a	As estratégias e os planos nacionais e setoriais de investimento público são coerentes com o contributo determinado a nível nacional (CDN) ou com outra estratégia global de atenuação e adaptação em matéria de combate às alterações climáticas?	As estratégias e os planos nacionais e setoriais de investimento público não são coerentes com o CDN ou com outra estratégia global em matéria de combate às alterações climáticas.	As estratégias e os planos nacionais de investimento público são coerentes com o CDN ou com outra estratégia global em matéria de combate às alterações climáticas para alguns setores.	As estratégias e os planos nacionais e setoriais de investimento público são coerentes com o CDN ou com outra estratégia global em matéria de combate às alterações climáticas para a maioria dos setores.
C.1.b	A regulamentação da administração central e/ou do governo subnacional em matéria de ordenamento do território e urbanismo, e de construção aborda os riscos relacionados com as alterações climáticas e os impactos no investimento público?	A regulamentação da administração central e/ou do governo subnacional em matéria de ordenamento do território e urbanismo, e de construção não aborda os riscos relacionados com as alterações climáticas e os impactos no investimento público.	A regulamentação da administração central e/ou do governo subnacional em matéria de ordenamento do território e urbanismo, ou de construção (através de códigos de construção) aborda os riscos relacionados com as alterações climáticas e os impactos no investimento público.	A regulamentação da administração central e/ou do governo subnacional em matéria de ordenamento do território e urbanismo, e de construção (através de códigos de construção) aborda os riscos relacionados com as alterações climáticas e os impactos no investimento público.
C.1.c	Existem orientações/apoio centralizados para as agências governamentais sobre a elaboração e o cálculo de custos de estratégias de investimento público sensíveis às alterações climáticas?	Não existem orientações/apoio centralizados para as agências governamentais sobre a elaboração e o cálculo de custos de estratégias de investimento público sensíveis às alterações climáticas.	Existem orientações/apoio centralizados para as agências governamentais sobre a elaboração de estratégias de investimento público sensíveis às alterações climáticas.	Existem orientações/apoio centralizados para as agências governamentais sobre a elaboração e o cálculo de custos de estratégias de investimento público sensíveis às alterações climáticas.
C2. Coordenação entre entidades: Existe uma coordenação eficaz da tomada de decisões sobre o investimento público relacionado com o combate às alterações climáticas em todo o setor público?				
C.2.a	A tomada de decisões sobre o investimento público é coordenada ao nível de toda a administração central de uma perspectiva de combate às alterações climáticas?	A tomada de decisões sobre o investimento público não é coordenada ao nível de toda a administração central de uma perspectiva de combate às alterações climáticas.	A tomada de decisões sobre o investimento público é coordenada ao nível de toda a administração central ou de uma perspectiva de combate às alterações climáticas.	A tomada de decisões sobre o investimento público é coordenada ao nível de toda a administração central, incluindo projetos de financiamento externo, parcerias público-privadas (PPP) e entidades extraorçamentais, de uma perspectiva de combate às alterações climáticas.
C.2.b	O planeamento e a execução das despesas de capital dos governos subnacionais estão coordenados com a administração central de uma perspectiva de combate às alterações climáticas?	O planeamento e a execução das despesas de capital dos governos subnacionais não estão coordenados com a administração central de uma perspectiva de combate às alterações climáticas.	A administração central emite orientações sobre o planeamento e a execução das despesas de capital de uma perspectiva de combate às alterações climáticas, e informações sobre os principais projetos dos governos subnacionais relacionados com o clima são partilhadas com a administração central e publicadas em conjunto com dados sobre projetos da administração central.	A administração central emite orientações sobre o planeamento e a execução das despesas de capital de uma perspectiva de combate às alterações climáticas, e informações sobre os principais projetos dos governos subnacionais relacionados com o clima são partilhadas com a administração central e publicadas em conjunto com dados sobre projetos da administração central, verificando-se discussões formais entre a administração central e os governos subnacionais sobre o planeamento e a execução de investimentos relacionados com o combate às alterações climáticas.
C.2.c	O quadro regulamentar e de supervisão das empresas públicas assegura que os seus investimentos relacionados com o combate às alterações climáticas são coerentes com as políticas e orientações nacionais em matéria de clima?	O quadro regulamentar e de supervisão das empresas públicas não promove a coerência entre os seus investimentos relacionados com o combate às alterações climáticas e as políticas e orientações nacionais em matéria de clima.	O quadro regulamentar e de supervisão das empresas públicas promove a coerência entre os seus investimentos relacionados com o combate às alterações climáticas e as políticas e orientações nacionais em matéria de clima.	O quadro regulamentar e de supervisão das empresas públicas requer que os seus investimentos relacionados com o combate às alterações climáticas sejam coerentes com as políticas e orientações nacionais em matéria de clima.
C3. A avaliação e seleção de projetos incluem análises e critérios relacionados com o combate às alterações climáticas?				
C.3.a	A avaliação de grandes projetos de infraestruturas requer a realização de análises relacionadas com o combate às alterações climáticas de acordo com uma metodologia normalizada com o apoio central?	A avaliação de grandes projetos de infraestruturas não requer a realização de análises relacionadas com o combate às alterações climáticas de acordo com uma metodologia normalizada.	A avaliação de grandes projetos de infraestruturas requer a realização de análises relacionadas com o combate às alterações climáticas de acordo com uma metodologia normalizada.	A avaliação de grandes projetos de infraestruturas requer a realização de análises relacionadas com o combate às alterações climáticas de acordo com uma metodologia normalizada, sendo publicada uma síntese da avaliação ou sujeita a uma análise externa independente.
C.3.b	O quadro para a gestão de contratos de investimento público a longo prazo, como as parcerias público-privadas (PPP), aborda explicitamente os desafios relacionados com o combate às alterações climáticas?	O quadro referido não inclui considerações explícitas sobre alterações climáticas na afetação de riscos ou na gestão de contratos.	O quadro referido inclui considerações explícitas sobre alterações climáticas no que respeita à forma como os riscos são afetados entre as partes dos contratos de infraestruturas.	O quadro referido inclui considerações explícitas sobre alterações climáticas no que respeita à forma como os riscos são afetados entre as partes dos contratos de infraestruturas, e os gestores de contratos em departamentos e agências governamentais estão mandatados para abordar os desafios relacionados com o combate às alterações climáticas.
C.3.c	Os elementos relacionados com o clima estão incluídos nos critérios utilizados pelo governo para a seleção de projetos de infraestruturas?	Não existem critérios de seleção explícitos ou não estão incluídos elementos relacionados com o combate às alterações climáticas entre os critérios utilizados pelo governo para a seleção de projetos para financiamento.	Os elementos relacionados com o combate às alterações climáticas estão incluídos entre os critérios utilizados pelo governo para a seleção de todos os grandes projetos financiados pelo orçamento, e os critérios são publicados.	Os elementos relacionados com o combate às alterações climáticas estão incluídos entre os critérios utilizados pelo governo para a seleção de todos os grandes projetos, incluindo projetos de financiamento externo, projetos financiados por entidades extraorçamentais e PPP, e os critérios são publicados.
C4. Orçamentação e gestão de carteiras: As despesas de investimento relacionadas com o combate às alterações climáticas estão sujeitas a uma gestão e supervisão ativas?				
C.4.a	As despesas planeadas de investimento público relacionadas com o combate às alterações climáticas, as fontes de financiamento, as realizações e os resultados são identificados no orçamento e nos documentos conexos, acompanhados e comunicados?	As despesas planeadas de investimento público relacionadas com o combate às alterações climáticas não são identificadas no orçamento e nos documentos conexos.	Algumas despesas planeadas de investimento público relacionadas com o combate às alterações climáticas são identificadas no orçamento e nos documentos conexos, incluindo despesas de investimento de financiamento externo, por entidades extraorçamentais e PPP.	A maioria das despesas planeadas de investimento público relacionadas com o combate às alterações climáticas, as fontes de financiamento e as realizações e os resultados são identificados no orçamento e nos documentos conexos, incluindo despesas de investimento de financiamento externo, por entidades extraorçamentais e PPP, sendo as despesas relativas a esses projetos acompanhadas e comunicadas.
C.4.b	São realizadas avaliações ou auditorias ex post dos resultados dos investimentos públicos em matéria de atenuação e adaptação às alterações climáticas?	Não são realizadas avaliações ou auditorias ex post dos resultados dos investimentos públicos em matéria de atenuação e adaptação às alterações climáticas.	São realizadas avaliações ou auditorias ex post dos resultados de grandes investimentos públicos selecionados em matéria de atenuação ou de adaptação às alterações climáticas.	São realizadas e publicadas avaliações ou auditorias ex post dos resultados de grandes investimentos públicos selecionados em matéria de atenuação e adaptação às alterações climáticas.
C.4.c	As políticas e práticas do governo em matéria de gestão de ativos, incluindo a manutenção de ativos, abordam os riscos relacionados com o clima?	Nem as políticas e práticas do governo em matéria de gestão de ativos, nem as metodologias para estimar as necessidades de manutenção de ativos de infraestruturas expostos às alterações climáticas abordam os riscos relacionados com o clima.	As metodologias preparadas pelo governo para estimar as necessidades de manutenção de alguns ativos de infraestruturas expostos às alterações climáticas abordam os riscos relacionados com o clima.	As metodologias preparadas pelo governo para estimar as necessidades de manutenção e os custos associados da maioria dos ativos de infraestruturas expostos às alterações climáticas abordam os riscos relacionados com o clima, e os registos de ativos públicos incluem informações sobre estes ativos relacionados com o clima.
C5. Gestão de riscos: Os riscos orçamentais relacionados com as alterações climáticas e as infraestruturas são incorporados nos orçamentos e na análise de risco orçamental e geridos de acordo com um plano?				
C.5.a	O governo publica uma estratégia nacional de gestão do risco de catástrofes que integra o potencial impacto das alterações climáticas nos ativos e redes de infraestruturas públicas?	Não existe uma estratégia nacional de gestão do risco de catástrofes publicada ou a estratégia não identifica os principais riscos relacionados com as alterações climáticas para os ativos e redes de infraestruturas públicas.	O governo publica uma estratégia nacional de gestão do risco de catástrofes que identifica os principais riscos relacionados com as alterações climáticas para os ativos e redes de infraestruturas públicas em termos de perigos, exposição e vulnerabilidade.	O governo publica uma estratégia nacional de gestão do risco de catástrofes que identifica e analisa os principais riscos relacionados com as alterações climáticas para os ativos e redes de infraestruturas públicas em termos de perigos, exposição e vulnerabilidade, e inclui os planos do governo para atenuar e dar resposta a esses riscos.
C.5.b	O governo criou mecanismos de financiamento ex ante para gerir a exposição das infraestruturas públicas existentes aos riscos relacionados com as alterações climáticas?	O governo não criou quaisquer mecanismos de financiamento ex ante para gerir a exposição das infraestruturas públicas existentes aos riscos relacionados com as alterações climáticas.	O orçamento inclui uma dotação anual para contingências ou estão disponíveis outros mecanismos de financiamento para cobrir os custos dos danos relacionados com o clima causados às infraestruturas públicas.	O orçamento inclui uma dotação anual para contingências e estão disponíveis outros mecanismos de financiamento para cobrir os custos dos danos relacionados com o clima causados às infraestruturas públicas.
C.5.c	O governo realiza e publica uma análise do risco orçamental que incorpora os riscos relacionados com as alterações climáticas para os ativos de infraestruturas públicas?	O governo não realiza uma análise do risco orçamental que incorpora os riscos relacionados com as alterações climáticas para os ativos de infraestruturas públicas.	O governo realiza e publica uma análise do risco orçamental que incorpora uma avaliação qualitativa dos riscos relacionados com as alterações climáticas para os ativos de infraestruturas públicas no médio prazo.	O governo realiza e publica uma análise do risco orçamental que incorpora uma avaliação quantitativa dos riscos relacionados com as alterações climáticas para os ativos de infraestruturas públicas no médio prazo e políticas para atenuar esses riscos, bem como uma avaliação qualitativa dos riscos que podem surgir no longo prazo.